

SESSÕES DO PLENÁRIO

26ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de abril de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADO PABLO ROBERTO (AD HOC)

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Roberto, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Samuel Júnior, Soane Galvão, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (46)

O Sr. PRESIDENTE (Pablo Roberto): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Pablo Roberto): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário a Ata da 24ª Sessão Ordinária, realizada em 8 de abril de 2024.

Em discussão a ata que acaba de ser lida. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovada.

Pequeno Expediente. (Oradores inscritos)

○ Sr. PRESIDENTE (Pablo Roberto): Com a palavra o deputado Euclides Fernandes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Sr. Presidente em exercício da sessão de hoje, Srs. Deputados, nós tivemos uma leitura da situação do município base deste deputado, o município de Jequié, que fica localizado no Médio Rio de Contas. Eu estou um pouco preocupado com a situação lá.

No que diz respeito ao processo da economia, Jequié vai bem. No setor de construção, há várias empresas novas que se instalaram no município. A nossa preocupação é maior no que diz respeito à área pública. Já fizemos pronunciamento aqui, nesta Assembleia Legislativa, pois, no governo passado, o de Rui Costa, foi feita uma reforma administrativa e se tirou órgãos importantes do município de Jequié, como o órgão de saúde, a diretoria, o Núcleo Regional de Saúde em Jequié. Por esta ser uma cidade regional, isso era uma sustentação para essa característica de cidade regional.

O Núcleo Regional de Saúde de Jequié era bem implantado, com a boa estrutura física e servia a mais de 36 municípios. Essa reforma realizada no governo passado o tirou de Jequié e o colocou na cidade de Ilhéus. Então, a população toda, de Jequié e desses municípios, tem de se deslocar para a cidade de Ilhéus para ter o atendimento das suas necessidades no que diz respeito à Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. O núcleo de saúde é a descentralização da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia.

E também, Sr. Presidente, o Inema, órgão importante vinculado à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente que serve a mais de 20 municípios, estava localizado, em Jequié, no núcleo regional. Na reforma administrativa, o governo passado também o transferiu para a cidade de Vitória da Conquista. Então, os cidadãos que têm a necessidade de resolver problemas a respeito do meio ambiente no órgão Inema têm de se deslocar para Vitória da Conquista, para terem o atendimento por parte do estado da Bahia.

Além disso, nós temos a área federal. Jequié tinha um órgão regional da Receita Federal que também foi transferido para Vitória da Conquista.

A Coelba, que é uma concessão do serviço de energia elétrica do estado a empresa privada, também tinha, em Jequié, a sede regional da Coelba para dar o atendimento dos serviços aos usuários de Jequié e dos municípios vizinhos. Transferiram, também, a sede para Vitória da Conquista. Consequentemente, o atendimento, por parte da Coelba, ficou precário em Jequié para aqueles que precisam resolver os seus problemas nessa empresa distribuidora de energia elétrica.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eis a nossa lamentação.

Eu quero fazer uma convocação. Jequié está passando por um bom momento político. Jequié elegeu, em 2022, com a construção da musculatura de voto no município, três deputados estaduais: este deputado que fala neste momento, o deputado Patrick Lopes e o deputado Hassan. Para o cargo de deputado federal, Jequié elegeu Antonio Brito, Leur Lomanto Junior e Paulo Magalhães.

Então, é um conjunto de homens públicos com mandatos eletivos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que precisam se unir e procurar resolver esta pauta e trazer de volta ou retornar esses órgãos para Jequié. Para uma cidade regional, isso é importantíssimo. Assim, os cidadãos dos municípios circunvizinhos, no futuro, não terão de se deslocar para Conquista ou para Ilhéus, a fim de resolver os seus problemas. As representações desses órgãos têm de retornar para Jequié, pois, antigamente, havia e os mesmos foram retirados do município de Jequié...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e encaminhados para outros municípios.

Então, Sr. Presidente em exercício, esta é minha lamentação.

Já fiz até pronunciamentos nesta tribuna da Assembleia Legislativa. Mas é preciso a gente fazer um trabalho mais intenso para ver se sensibiliza, principalmente, o governo do estado, para ele devolver as sedes representativas desses órgãos que eram de Jequié e foram para outros municípios.

Eu tinha outros assuntos para falar, mas V. Ex.^a já sinalizou que o meu tempo terminou. Eu queria falar do Poder Judiciário também, porque, em Jequié, realmente, está feia a situação. A democracia não funciona sem um Poder Judiciário eficiente e preparado para poder servir aos seus cidadãos com problemas e dificuldades. Há falta de juízes. Assim, o Poder Judiciário não funciona.

Vou deixar para a próxima vinda minha à tribuna para falar sobre a situação do Poder Judiciário na comarca de Jequié.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pablo Roberto): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu venho informar a todos que foi protocolada, na noite de ontem, no Tribunal de Justiça, uma (lê) “Ação Direta de Inconstitucionalidade, promovida por PT, PCdoB, PSB e Psol, requerendo a concessão de medida cautelar acerca dos empreendimentos na Praia do Buracão, que dispensa o estudo de sombreamento e descumpre as normas e as diretrizes da Louos e do Plano Diretor.

Também, requer a citação da Câmara Municipal de Salvador, através do seu representante legal, bem como o prefeito de Salvador para que apresentem as informações necessárias.

Essa Adin, encaminhada pelos quatro partidos, é fruto do desdobramento de uma audiência pública nesta Casa, de autoria do nosso mandato, ao final do ano passado, e as reuniões conjuntas com os partidos proponentes dessa ação para iniciar uma batalha judicial contra a especulação imobiliária na região do Rio Vermelho.”

Então, para toda a cidade de Salvador, especialmente os moradores da Praia do Buracão, no Rio Vermelho, nós entramos ontem na Justiça com a Adin para impedir esse crime ambiental em Salvador. Esse jabuti aprovado na Câmara de Vereadores – aquilo que entra na legislação de forma inadequada é chamado de jabuti – permite que os especuladores comprem áreas degradadas para que depois a lei permita que eles não se submetam às organizações do Plano Diretor e da Louos, que estabelecem limites de construção. Então, a partir desse dispositivo, aquele especulador que degrada uma área ou compra uma área degradada leva uma vantagem, porque o limite construtivo dele é maior do que se essa área estivesse intacta para a construção.

Então, isso é um absurdo. Nós não podemos admitir o sombreamento na praia do Rio Vermelho em nenhum minuto do dia. É um cartão postal de Salvador, o qual precisa ser defendido e protegido e não degradado como quer o prefeito de Salvador.

Por falar em Salvador, também acompanhei com alegria a decisão da Justiça suspendendo a venda da área verde do Itaigara, que foi leiloada pela prefeitura recentemente. Não só essa área, mas cinco terrenos na cidade foram leiloados pela prefeitura. A partir de uma ação judicial, a Justiça promoveu a suspensão da venda desse terreno de área verde no Itaigara. Isso tudo vem corroborar com a tese de que essa política de venda de terrenos e áreas públicas para construção na cidade é responsável por agravar os problemas urbanos.

Nesses últimos 3 dias – domingo, segunda e terça-feira –, presidente, a cidade conviveu com fortes chuvas e com grandes alagamentos. Todo mundo viu o sofrimento do nosso povo nos bairros populares, como em Fazenda Coutos e na Cidade Baixa, usando pranchas e jet ski para poder se locomover. As cenas promovidas pelas pessoas diante da situação de calamidade e alagamento de várias regiões de Salvador até viraram memes nacionais. Dentre outros motivos, isso também é fruto dessa ação de ocupação desordenada do solo, de uma política agressiva de impermeabilização da cidade e de tamponamento dos rios, o que faz com que a cidade não suporte e sofra alagamento quando ocorrem chuvas em quantidade elevada.

Na região da Paralela, a prefeitura gosta de botar outdoor dizendo que a cidade está preparada para as chuvas. Para não pagar mais mico, ao invés de gastar dinheiro em comunicação falsa, resolva os problemas de alagamento na Paralela, nas suas marginais, porque nós ficamos 2 horas impedidos de andar pela falta de manutenção...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e irresponsabilidade. A prefeitura só pensa em fazer propaganda e não cuida da cidade.

Agora está revelado o caos que ficou em Salvador. A situação não foi pior porque, felizmente, há 8 anos, o governador Rui Costa fez o maior programa de contenção de encostas da história de Salvador e nós, felizmente, não tivemos nenhuma vítima fatal na cidade, como ocorria em outros tempos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, prefeito, ao invés de dar os terrenos da cidade aos seus amigos, vá cuidar, proteger, fazer macrodrenagem, limpar os canais, evitar o assoreamento e cuidar da vida do nosso povo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Robinson Almeida: Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, é...

O Sr. PRESIDENTE (Pablo Roberto): Pela ordem, deputado.

O Sr. Robinson Almeida: Eu queria que, nos termos regimentais, fosse verificada a presença de deputados necessária ao quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Pablo Roberto): Não havendo quórum, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Binho Galinha, Cafú Barreto, Fátima Nunes, José de Arimatéia, Manuel Rocha, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Niltinho, Olívia Santana, Pancadinha, Patrick Lopes, Ricardo Rodrigues, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis e Tiago Correia. (17)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.